

**MOMENTOS HISTÓRICOS DO "NOVO" E "VELHO" MOVIMENTO
FEMINISTA NA ALEMANHA E NO BRASIL**
Convergências e divergências

Christl M. K. Brink-Friederici*

RESUMO: O artigo tem como tema o movimento feminista na Alemanha e no Brasil em alguns momentos históricos importantes dos séculos XIX e XX.

Palavras-chave: História, feminismo alemão e brasileiro.

A fim de que sejam bem compreendidos os esforços liberadores feitos pelas mulheres numa sociedade patriarcal, em suas manifestações múltiplas, e em particular no campo da literatura feminina, é indispensável que se conheçam os momentos históricos desta luta, que começou no século XIX e dura até os dias de hoje. Por isso, o termo feminismo define-se como um movimento daquelas e daqueles (homens também podem ser feministas) que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher, ou sua equiparação legal ao direitos dos homens, termo que não deve confundir-se com feminilidade, que significa qualidade de caráter, modo de ser, pensar ou viver próprio da mulher.

A feminilidade é um campo em que se projetam os desejos e medos masculinos e reúne características diversas como graça, beleza, naturalidade, maternalismo, sensibilidade, inocência, além de virtudes burguesas como paciência, economia, diligência e auto-disciplina. A impossibilidade da sua realização está especialmente evidente em discursos do final do século XVIII, nos quais a feminilidade perde, em parte, seu caráter social e passa a ser associada, principalmente, a atuação sexual.

O conteúdo que a palavra feminilidade vai adquirindo fica ainda mais claro na idéia de "inocência", conceito que se baseia na relação feminina entre o *saber* e a *sexualidade*. Neste contexto, inocência significa *virgindade* e *não-saber*. Uma mulher, não obstante, só pode ter a consciência da sua inocência e, portanto,

(*) Professora de Literatura Alemã no Departamento de Letras Modernas, FFLCH, USP.

da virgindade, quando souber, ou seja, quando não for mais inocente. Resulta, então, que o atrativo da inocência feminina reside, para o homem, na inocência fingida, pela qual a mulher, que entende claramente as alusões dele, age como se não as entendesse, tornando-se, assim, presa da ambigüidade da linguagem masculina. Este processo de formação do conceito de feminilidade acarreta a desindividualização da mulher.

Em *Dedução do Casamento*, o filósofo alemão Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) descreve a feminilidade de forma tipicamente ideal. O homem é o sujeito, está num nível superior ao da mulher; tem, por isso, visão de conjunto, ao passo que a mulher é *objeto*, meio, inferior e limitada, a que sacrifica o amor aos desígnios dele. A impossibilidade de realização da feminilidade, por outro lado, tem como efeito a polarização quase absoluta das imagens literárias da mulher, entre prostituição e pureza, que se manifestam nas versões de puta e de santa.

Atualmente a Crítica Feminista da cultura defronta-se com a missão de trabalhar na desconstrução e da destruição destes modelos de feminilidade e destas imagens da mulher.

Consideremos os primeiros momentos do movimento feminista, na segunda metade do século XX, do qual a "nova" literatura de mulher se originou e que se inicia com a Revolta Estudantil do ano de 1968, movimento militante de massa contra o sistema que, por sua vez, tem sua origem no início de 1965, nos Estados Unidos, como forma de protesto contra a intervenção de tropas norte-americanas no Vietnã e que, de lá, se espalhou para as outras Américas e outros países da Europa Ocidental.

Em virtude dessa Revolta Estudantil Internacional, na segunda metade dos anos 60 surge também na República Federal da Alemanha, e mais tarde no Brasil, o "novo" movimento feminista.

O Movimento Estudantil Brasileiro converteu-se em verdadeira ponta de lança de uma sociedade oprimida, atuando no sentido de desencadear movimentos de caráter mais amplo, que desembocaram em sérias transformações políticas do país. Foram a Lei Suplicy e os "Acordos Mec-Usaid", visando a uma reformulação da Universidade brasileira, de acordo com padrões norte-americanos, que levaram os estudantes às ruas. A partir de 1968, o Movimento Estudantil radicalizou-se por motivos internos e externos: o interno foi sua oposição contra o regime instituído pela Revolução de 31 de março de 1964; o externo foi a revolta dos estudantes nos Estados Unidos e na Europa, unidos na condenação dos sistemas políticos dos respectivos países. Essas notícias chegaram ao Brasil e esses movimentos logo tiveram aliados. O clima de revolta e a vontade de lutar contra a ditadura levaram os estudantes à ação: queriam reformular a Universidade, concretizar uma aliança com os operários e camponeses e, acima de tudo, derrubar o

Governo. A tentativa do Presidente Costa e Silva para estabelecer diálogo entre o Governo e os estudantes fracassou. O movimento estudantil seguiu avançando até que, em 13 de dezembro de 1968, veio o AI-5 (Ato Institucional nº 5), correspondendo, por parte da ditadura, a uma declaração de guerra à livre expressão dos estudantes e do povo em geral. Em toda a história do Brasil nunca houve um fechamento tão brutal. O movimento estudantil foi totalmente sufocado. De resto, nasceu a tentativa heróica, embora precipitada, da luta armada, condenada desde o início à derrota.

Aquilo a que se chamou de "ditadura", antes da decretação do AI-5, nada era se comparada ao que ocorreu depois disso. A vida política da Nação – para não falar apenas dos estudantes – foi completamente sufocada, a imprensa ficou sob censura, o terrorismo de Estado passou a condicionar a opinião pública. Era a época do "Brasil, ame-o ou deixe-o". Pouco (ou nenhum) espaço restava para o exercício da ação política legal e aberta, para o chamado "trabalho de massas".

Nessas condições, também não houve espaço para a organização de movimentos populares, entre eles o da minoria feminista, como aconteceu nos Estados Unidos e na Europa, embora algumas mulheres tenham participado de movimentos de oposição ao regime, bem como de manifestações e atos públicos. O movimento feminista, propriamente dito, só levantará bandeira contra a ditadura a partir de 1975, iniciando uma nova fase do feminismo brasileiro, estreitamente ligada à primeira, no século XIX, que será explicitada, posteriormente, neste trabalho.

Evidentemente, a palavra "novo" indica que o movimento feminista não começou, de modo algum, do ponto zero, tendo havido iniciativas feministas progressistas nas décadas anteriores.

"Não existe futuro que se possa separar do passado e tornar-se independente... O passado está incluso no presente e é inseparável dele. Presente, e aquele outro presente que nós chamamos futuro, não são nada mais que o resultado de nosso passado. Eles são o julgamento sobre todos os acontecimentos."¹

Essas palavras da escritora alemã Luise Rinser, extraídas de seu "Diário de Cárcere" dos anos 40, poderiam aplicar-se também ao movimento feminista. A estratégia mais eficiente para levar o movimento feminista a se desenvolver, seria

(1) RINSER, Luise. *Gefängnistagebuch* (Diário de cárcere) Munique, 1946/Frankfurt 1977, p.5.

unir o conhecimento da situação atual ("nova") das mulheres às experiências do passado ("velho"), e fazer, assim, uso da própria história.

1.0. O MOVIMENTO FEMINISTA ALEMÃO

1.1. A bela propriedade

A privação dos direitos da mulher e sua submissão ao homem foram, por muito tempo, encaradas como algo totalmente natural. Apenas raras pessoas, que pensavam humanitariamente, eram contra isso. Também algumas mulheres, isoladamente, tentaram emancipar-se, o que, em princípio, não alterou em nada a discriminação geral. Na verdade, a "questão da mulher" só adquiriu força social explosiva com a Revolução Industrial, que, através do desenvolvimento das relações financeiras, transformou o dinheiro no verdadeiro ganho da família e, em consequência de sua função, o trabalho da mulher, produtor de valores de uso, foi perdendo gradualmente a importância.

A família já não era mais o lugar comum de trabalho, mas uma ilha de paz para aonde o homem voltava cansado, esperando um serviço carinhoso da mulher. Devido a essa alteração de funções, toda a capacidade de produção econômica feminina, até então quase equivalente à masculina, transformou-se em "natureza feminina". A mulher, como Babara Duden² acertadamente definiu, tornou-se uma "bela propriedade" do homem. Desse fato resultaram duas consequências importantes: primeiro, o trabalho doméstico, não remunerado da mulher, foi desvalorizado, em contraposição às atividades do homem, pagas em dinheiro; segundo, o trabalho da mulher foi transformado em algo idílico, despido do suor e bonito de se ver, reinterpretado como uma dedicação amorosa ao homem e aos filhos. A transformação da esfera doméstica em idílio só era possível se o trabalho da mulher não parecesse um peso, e sim, algo com valor estético. A esta nova visão do trabalho feminino como atitude agradável, seguiu-se uma segunda: o trabalho da mulher como fonte de prazer erótico para o homem e, simultaneamente, a transformação da própria mulher em objeto sexual, totalmente dependente da aprovação masculina. Na verdade, o homem não só podia deleitar-se com as qualidades eróticas da mulher, como também podia exigí-las, uma vez que elas haviam se tornado parte do seu trabalho na casa. A mulher, e tudo o que a cercava, deveria ser "bela"; o que ela fazia deveria ser feito por "amor". A partir dessa

(2) DUDEN, Barbara. "Das schöne Eigentum" (A bela propriedade), *Kursbuch* 47, março de 1977, p. 125-140.

idéia, desenvolveu-se o conceito do sexo "belo", que não tinha um "eu próprio", pois se tornara um objeto, cuja finalidade era satisfazer o desejo masculino. Assim, no começo da sociedade burguesa, cada homem era um EU para si mesmo, enquanto cada mulher era apenas um EU em função do homem, ou seja, a identificação da mulher consigo mesma passava por um processo de auto-negação. Chegar ao seu "eu" significava, para ela, renunciar a si mesma.

1.2. O início da resistência política

A repressão da mulher, recém-configurada pela Revolução Industrial, nunca foi total. A "questão da mulher" ganhou significado político, pela primeira vez, no período Pré-Março, anterior à Revolução Alemã de 1848, no qual foi usado o lema da Revolução Francesa de 1789 – igualdade, liberdade e fraternidade – e que exigiu a emancipação e a igualdade de direitos das mulheres.

Já no início do século XIX, esboçavam-se, na Alemanha, dois movimentos feministas, freqüentemente apresentados como movimentos irmãos mas inimigos. Trata-se dos movimentos feministas burguês e proletário. Enquanto a mulher burguesa aspirava às profissões superiores e a uma melhor educação e formação em geral (através do que esperavam resolver a questão feminina), a mulher proletária procurava, em primeiro lugar, amparo contra o trabalho excessivo, através de leis adequadas à proteção da mulher e da mãe no trabalho.

1.3. O movimento feminista de 1848 até 1968

Logo depois da malograda Revolução de 1848, a situação das mulheres piorou bastante. Na Prússia, por exemplo, foi decretada a proibição de organização política para mulheres até 1908.

Apesar disso, as mulheres não se deixaram abater em seus objetivos: até 1908/9 a luta pela reforma de ensino superior e pela abertura das universidades teve primazia no movimento feminista burguês. Ao lado de resistências práticas, como falta de apoio estatal, falta de interesse e temor da concorrência, havia barreiras ideológicas a suplantar como, por exemplo, as concepções expostas no livro de Möbius, *Sobre a imbecilidade psicológica da mulher*, que alcançou nove edições entre 1900 e 1908. Por outro lado, o acesso ao estudo universitário não significava liberdade de profissão. Assim, os grupos feministas da região de Baden receberam, em 1908, a seguinte resposta a sua petição para que as mulheres tivessem acesso à profissão de juíza e advogada: "Segundo a opinião vigente há

anos na Alemanha, pressupõe-se para essas profissões, como exigência pública implícita, o sexo masculino."³

Durante a I Guerra Mundial, algumas tarefas, devido a razões de Estado, recaíram sobre as mulheres. Para deixar livre o maior número possível de homens para a guerra, elas foram empregadas na indústria de armamentos, na agricultura, na indústria doméstica, no comércio e no transporte. Assim em 1918, cerca de 55% de todos os trabalhadores na Alemanha eram de sexo feminino.

O final da guerra e a Revolução de Novembro de 1918 deram, finalmente, uma série de direitos às mulheres como o direito ao voto (com isso, foi levada em conta uma das mais importantes reivindicações na sua luta pela igualdade de direitos políticos); o direito ilimitado de coalizão; a escolha livre de profissão; a jornada de trabalho de oito horas, além de uma sensível diminuição da desigualdade de salários.

Apesar disso, no que concerne às relações de poder, ainda patriarcais, nada se havia alterado. Ao contrário, a situação da mulher no pós-guerra piorou muito, pois, com a volta dos homens, ela teve de retornar ao mesmo ponto de onde viera: ao fogão da família, às profissões tipicamente femininas, ao trabalho social, à educação infantil ou, ainda, a alguns ramos da indústria, como o têxtil e o de limpeza.

O movimento feminista sofreu um duro golpe quando, no início dos anos 30, as mulheres mesmas, sobretudo algumas organizações femininas burguesas, negaram a igualdade de direitos da mulher e propagaram o ideal da mulher dos três "ks": "Kinder" (crianças), Küche (cozinha) e "Kirche" (culto), ligando-o assim, diretamente à ideologia anti-feminina do Fascismo.

No final da II Guerra Mundial, depois da derrota de 1945, as mulheres pareciam estar mais perto do que nunca da igualdade de direitos. Mas, quando os homens reassumiram, pouco a pouco, os seus antigos lugares, repetiu-se o processo de 1918: elas tiveram de voltar para o forno e o fogão.

A situação começou a mudar em 1968, ano que entrou para a história como o da Revolução (ou Revolta) Estudantil, quando as mulheres mais jovens redescobriram o movimento feminista, que foi chamado "novo"

(3) WURMS, Renate. "Kein einzig Volk von Schwestern", in: *Geschichte der deutschen Frauenbewegung*, Köln: Pahl-Rugensein, 1983, p. 52.

1.5. O "novo" feminismo

Não foi por acaso que, no início do novo movimento feminista, a "questão da criança" se tornou principal problema. À medida que os estudantes deixavam de lado esse assunto, por ser secundário para eles, as mulheres estudantes não encontraram outra saída, a não ser a de se organizarem sem os homens, em separado, para enfrentar, teórica e praticamente, esse problema. A questão da criança levou à fundação das chamadas "lojas para crianças" (Kinderläden)⁴, com as quais as mulheres esperavam, por um lado, ter mais tempo para os estudos e para o trabalho político e, por outro, criar, nos jardins de infância, um modelo emancipatório contrário à educação pública tradicional.

Com o final do movimento estudantil anti-autoritário de 1969/70 e com a posse do governo de coalizão social-liberal, que procurou integrar e canalizar, através de promessas e de reforma, o potencial modificador gerado pelo movimento estudantil, instalou-se um processo de diferenciação e de mudança radical no movimento feminista jovem, levando a uma polarização evidente até 1972: de um lado, a redescoberta dos clássicos marxistas e do movimento feminista proletário; de outro, a redescoberta do feminismo, através da literatura vinda do Exterior, especialmente dos EUA, e que partia da tradição do movimento burguês do século XIX, para depois radicalizar-se rapidamente. O ponto de partida desta "nova" compreensão de feminismo foi a teoria social do "Patriarcado", ou seja, a opressão das mulheres "em todas as sociedades"; resultaram daí as "novas" estratégias correspondentes à libertação da mulher, expressas na organização de muitos grupos novos, nos projetos de auto-experiências e no desenvolvimento de centros para mulheres.

O centro feminista tornou-se ponto de encontro, local de reunião, cafeteria, salão de chá, consultório para prevenção de gravidez e aborto. É o tempo das mulheres produtoras de filmes, dos grupos femininos de rock, dos discos femininos, das mulheres pintoras e escritoras. Em outras palavras, havia-se desenvolvido um tipo de cultura da mulher (como contra-cultura à cultura vigente de base masculina), na qual as mulheres se distinguiram e se distinguem até hoje.

Em 1971, os diversos grupos feministas uniram-se na luta contra o parágrafo 218 do código civil alemão⁵. A reivindicação para que fosse abolido incondicionalmente o parágrafo contra o aborto foi apoiada por milhares de mulheres e milhares de homens também, inclusive médicos. No entanto, este momento decisivo para o movimento feminista, que comoveu mulheres de todas as camadas so-

(4) Kinderläden= jardins de infância e creches dirigidos de maneira anti-autoritária.

(5) O parágrafo 218 prevê pena até 3 anos de prisão em caso de aborto.

ciais e de todas as idades, acabou sendo liquidado, no Ano Internacional da Mulher (1975), pela sentença negativa do Supremo Tribunal Constitucional. Com isso, o movimento feminista perdeu uma batalha fundamental e suas diversas alas perderam um objetivo comum importante.

A negação judicial provocou uma onda de amargura, perplexidade e depressão. A luta de muitos anos parecia ter sido em vão. O movimento feminista esvaziou-se, até que, na segunda metade dos anos 70, operou-se uma mudança de direção para "dentro", visando à exploração das possibilidades dos conceitos alternativos, na esfera do particular, do individual, do pessoal. Durante esta fase, o movimento de *centros* feministas desdobrou-se, gradualmente, no movimento de *projetos* feministas. A partir de 1977, as feministas chegaram a pontos de entendimento próprios, sobretudo através da instalação de livrarias, arquivos e publicação de revistas femininas, das quais a mais importante até hoje é EMMA, editada por alice Schwarzer, atualmente com uma tiragem mensal de cerca de 120.000 exemplares. Surgem também as primeiras editoras feministas, como a "Frauenoffensive", em Munique, responsável até hoje por muitas edições de textos escritos por mulheres.

2.0. CARACTERÍSTICAS DO FEMINISMO BRASILEIRO

2.1. O ensino da mulher

A primeira exigência do movimento feminista brasileiro foi a educação das meninas, muito atrasada em relação à dos meninos. Surgiu, em 1827, a primeira legislação relativa à educação feminina, segundo a qual admitia-se o acesso das meninas apenas às escolas elementares. "A tônica permanecia na agulha, não na caneta", comenta laconicamente June Hahner.⁶

Apenas em 1879 o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior do país às mulheres, capacitando-as, assim, ainda que em número muito reduzido, a exercer profissões de prestígio como a de médico e a de advogado e não apenas a de professora primária, com remuneração inferior e menos treinada do que o professor que instruía os meninos.

Durante a segunda metade do século XIX, algumas mulheres cultas que dispunham de algum lazer (e dinheiro), em jornais editados por elas nas principais cidades do país, proclamaram sua insatisfação com os papéis tradicionalmente atribuídos pelos homens às mulheres. Procuraram, dessa maneira, despertar o

(6) HAHNER, Juner. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*, São Paulo: Brasiliense, 1981, p.33.

interesse de outras mulheres por mudanças na situação da mulher no Brasil, principalmente na área da economia e da legislação civil e social.

O grito de independência da mulher, na segunda parte do século XIX, era ainda muito tímido. Raras eram as vozes altas e corajosas. Em geral, as atitudes feministas eram moderadas, em luta constante contra uma oposição forte dos homens, que encaravam com hostilidade e desprezo todos os avanços das feministas. Quanto mais as mulheres se afastavam de seus papéis domésticos, pondo o pé para fora de casa em terrenos que dificilmente seriam encarados como uma extensão de suas funções maternas e femininas, mais oposição masculina elas encontravam. Se alguns homens já se opunham às professoras e médicas, a idéia de mulheres advogadas e políticas mostrava-se ainda mais desconcertante.

Uma área até então exclusivamente reservada aos homens era a política. Quando, no final da década de 1880, algumas feministas levaram seus desejos pela igualdade de direitos até o ponto de exigir o voto, elas horrorizaram os homens brasileiros (e também muitas mulheres), porque abriram uma brecha em um reduto másculo. Não apenas a idéia incômoda de mulheres eleitoras, mas também o espectro de mulheres políticas excitavam a imaginação masculina. O afã democratizante dos fins da década de 1880 e a proclamação da República fortaleceram, entretanto, o desejo feminino de direitos políticos, no espírito da Revolução Francesa, que havia proclamado os Direitos do Homem, ou seja, igualdade e liberdade para homens e mulheres. Considerava-se o voto ponto crucial para as mulheres, dependendo dele sua ascensão na sociedade.

Na Assembléia Constituinte de 1891, os homens debateram o sufrágio feminino e o negaram brandamente. Não admitiram que a mulher tivesse capacidade mental e física de suportar o excitamento e as exigências dos conflitos do mundo exterior, considerando o sufrágio como algo contra a natureza delicada e tão melindrosa da mulher, contra sua função de esposa e mãe, contra a harmonia da família e do lar.

2.2. Bertha Lutz e o movimento sufragista

Nas décadas de 20 e 30 do nosso século, o movimento sufragista feminino brasileiro ganhou em Bertha Lutz – bióloga graduada pela Sorbonne – uma militante fervorosa, que estabeleceu, em 1920, no Rio de Janeiro, a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, juntamente com a professora e autora mineira Maria Lacerda de Moura. O interesse principal de Bertha, em relação ao voto, não era apenas como instrumento para alcançar o progresso político feminino, mas também como símbolo dos direitos gerais de cidadania, focalizando dois lados do movimento feminista em particular: o econômico-intelectual e o sócio-político. Ela, como outras feministas-sufragistas, viu o voto como instrumento de ação no sentido de superar as barreiras com vistas a uma sociedade liberal mais completa, e não como um fim em si mesmo.

Ainda que tímido, no início, o movimento alterou-se significativamente em 1922, com a participação do Brasil, representado por Bertha Lutz, na primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres, em Baltimore, EUA. A partir dessa data, o movimento sufragista brasileiro estabeleceu laços cerrados com organizações e sufragistas, principalmente dos Estados Unidos, que serviram como fontes adicionais de apoio, modelo e legitimação. A própria Bertha, depois de sua visita aos Estados Unidos, modificou sua visão de movimento feminista, anteriormente baseada em sua experiência europeia: o modelo norte-americano, calmo e sem violência, parecia-lhe mais adequado ao Brasil do que algumas das violentas atividades do movimento da Europa.

Quando, em outubro de 1930, a República Velha chegou a um fim abrupto e Getúlio Vargas tomou o poder, os esforços para o sufrágio, num primeiro momento, pareciam estar em jogo. Mas a decisão do regime de criar um novo código eleitoral forneceu uma nova oportunidade de garantir o voto às mulheres, ou melhor, apenas a determinados grupos de mulheres, uma vez que apenas as solteiras ou viúvas com renda própria e as casadas com a permissão do marido tinham autorização para votar. Protestando contra esse código insuficiente, os grupos feministas e sufragistas conseguiram, através de uma campanha nacional, remover as restrições antes que fossem adotadas. O novo código, decretado em 24 de fevereiro de 1932, dava o direito de voto às mulheres sob as mesmas condições que aos homens.

Depois de ter alcançado o direito ao voto, houve no Brasil um período de refluxo do movimento feminista, ou seja, com a obtenção do voto, as sufragistas perderam a bandeira em torno da qual se tinham unido: diluiu-se em facções e silenciou-se com o surgimento do Estado Novo. Apenas em 1942, com a entrada do Brasil na guerra, houve um certo recrudescimento das atividades feministas em torno do chamado "esforço de guerra". O último momento significativo da história do movimento feminista da primeira parte do século XX, foi o ano de 1945, quando, com o afastamento de Getúlio Vargas do poder e com a redemocratização do país, um número significativo de mulheres participou de campanhas nacionais, como a da anistia das vítimas do Estado Novo, a do petróleo e a da paz mundial.

2.3. A revolução sexual do "novo" feminismo e seus impasses

O que liga o "velho" ao "novo" movimento feminista é a continuação da luta da mulher pela educação e integração social, ou seja, pela participação na vida pública do País. O termo "novo" significa, aqui, não apenas um novo impulso para o feminismo, depois de quase 30 anos de paralisação (de 1945 a 1975), mas também a colocação da questão feminina sob um prisma novo, em que se pretende reformular a posição social e os papéis sexuais. O fato verdadeiramente novo é a maior conscientização da mulher da sua situação de desigualdade na so-

cidade, incluindo agora a participação das operárias e, principalmente, a visão "nova" da situação sexual feminina.

O despertar para a sexualidade da mulher no começo dos anos 70 inicia uma "nova" fase do feminismo brasileiro, resultado de uma "nova" conscientização da mulher dentro da sociedade do país. A mulher, que nunca tivera a possibilidade – nem a coragem – de falar de si mesma, finalmente toma a palavra, reivindicando uma vida sexual mais livre e mais de acordo com suas necessidades. O interesse da mulher brasileira pelo próprio corpo e pelo sexo foi reforçado com a vinda da feminista Betty Friedan ao Brasil, em 1971, para o lançamento do seu livro *A mística feminina* (Editora Vozes). Rose Marie Muraro, autora do livro *Sexualidade da Mulher Brasileira*, lembra esse reinício com as seguintes palavras: "Aquilo que pensávamos ficar restrito às universidades e aos pequenos círculos extrapolou de muito os ambientes especializados e constituiu, mesmo, o evento mais explosivo em relação à discussão pública da condição da mulher no Brasil naquela época. Pela primeira vez levantava-se em nosso país, justamente no período do AI-5, o problema da mulher."⁷

Houve uma verdadeira explosão de debates nos meios de comunicação e uma agitação da opinião pública, todos preocupados com a questão da mulher e do feminismo brasileiro em geral; entretanto, só a partir de 1975 surgem os primeiros grupos feministas organizados. Nesse mesmo ano, foi fundado, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia, ainda sob vigência do AI-5, com o apoio e patrocínio da Organização das Nações Unidas.

Em 1975, foi fundado o *Centro da Mulher Brasileira*, uma organização especificamente feminista. Pouco depois, foram editados os jornais *Brasil-Mulher* (em Londrina e posteriormente em São Paulo) e *Nós Mulheres*. Formaram-se nesse momento, entre outros, vários grupos dedicados às mais variadas tarefas: reflexão, publicação de folhetos sobre sexualidade; direitos da mulher; saúde; pesquisas; grupos de estudo; cinema; teatro; SOS contra a violência e a Casa da Mulher. À semelhança do ocorrido nos Estados Unidos e Europa, também aqui os grupos feministas se definiram como organizações autônomas, isto é, sem vinculação formal com qualquer partido político.

Os anos de 1975 a 1981 marcam o fortalecimento do movimento feminista no Brasil com a publicação de inúmeros trabalhos sobre o assunto. Aqui cabe lugar de destaque à pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em dois volumes, sobre a condição da mulher no Brasil. No volume um são discutidos os temas: História, Família, Grupos Étnicos e Feminismo; e no volume dois: Trabalho, Direito, Edu-

(7) MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1983, p. 13.

cação, Artes e Meios de Comunicação, ambos publicados pela editora Brasiliense nos anos de 1978 e 1981, respectivamente.

Mas o otimismo que acompanhou o aparecimento do "novo" feminismo nos anos 70 e no começo dos anos 80, com o questionamento radical das estruturas de dominação raciais, profissionais, institucionais e, principalmente, sexuais – chegou ao fim.

Hoje, o movimento feminista no Brasil está em uma fase de estagnação, por várias razões.

À medida que a legislação brasileira foi reconhecendo aqueles direitos fundamentais pelos quais se batiam as organizações feministas, tais como o direito ao voto, o acesso a cargos públicos sem discriminação, os direitos da mulher casada, só para citar alguns, tais associações esvaziaram-se de motivações. Por outro lado, são poucas as mulheres, em geral, apenas as de formação universitária, que levantam as questões ideológicas, analisando a história da misoginia através dos tempos, procurando questionar em profundidade a cultura machista e sua vinculação à política e aos sistemas econômicos.

Entretanto, existem mulheres que se preocupam com o impasse do feminismo brasileiro, como Anésia Pacheco e Chaves, que no seu livro *E agora mulher?* considera um dos grandes inimigos do "novo" feminismo o "feminismo paternalista", que permite à mulher lutar para assegurar sua posição na sociedade, mas sem que perturbe a tranquilidade e o conforto do *status quo*: essa mulher deve, por exemplo, ter prazer no sexo "mas jamais questionar as qualidades viris de seu parceiro ou queixar-se de insatisfação."⁸

Um outro fator que levou o feminismo à crise foi, segundo Anésia, a resignação de muitas feministas: "No Brasil nestes últimos 20 anos, o espírito que predominou é o fascistóide. As feministas brasileiras, que começaram a se afirmar no fim dos anos 70, lutaram contra este espírito. Hoje, vivemos um tempo de relativa abertura, mas o reacionarismo e autoritarismo dos últimos vinte anos fizeram a cabeça de muita gente e ajudaram a tornar as pessoas mais intransigentes para com a emancipação das mulheres, confirmando a longa tradição machista deste país. Muitas feministas, cansadas, deixaram de batalhar e isso contribuiu para agravar a crise do movimento."⁹

Algo, porém, foi conquistado nas lutas do "novo" feminismo, apesar de todos os tropeços e erros: o acesso das mulheres à palavra como nunca antes acon-

(8) CHAVES, Anésia Pacheco e. *E agora mulher?*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 329.

(9) Idem, p. 293.

tecera, e a possibilidade de publicação de livros escritos por elas (em grande escala, se comparado ao passado), introduzindo, assim, uma nova categoria de texto na História e na Crítica Literária, ou seja, a da Literatura Feminina.

3.0. RESULTADOS COMUNS

A pergunta: "O que o movimento feminista na Alemanha e no Brasil tem conseguido?," pode ser respondida da seguinte maneira: deve-se ao "novo" movimento feminista a denúncia, diante da consciência pública, do contínuo desprezo e da contínua discriminação sofrida pela mulher, assim como o despertar do interesse e da sensibilidade, em círculos amplos, para a posição problemática da mulher em todos os setores da sociedade. Há muitos indícios, entretanto, de que a situação da mulher continua sendo insatisfatória, principalmente no plano financeiro, causador da maioria dos casos da miséria das mulheres.

O que diferencia o movimento feminista "velho" do "novo"? O primeiro teve de lutar por direitos que, hoje em dia, já são comuns. As "novas" mulheres discutem o fato de que ainda continua existindo a opressão feminina, não devido a uma sociedade capitalista, mas a uma sociedade machista, qualquer que ela seja e com a qual não querem ter nenhum contato. Contrapõe-se, assim, ao movimento feminista do século passado e do início do século XX, que reivindicara justamente a igualdade de direitos civis. A mulher daquela primeira fase, a princípio, através de uma educação de mais alto nível e de direitos políticos iguais, procurava ser uma parceira para o homem. O que se modificou no "novo" movimento feminista foi a consciência de sua posição na hierarquia social: a consciência da distância entre a igualdade de direitos e a realidade social patriarcal, que fere os direitos humanos, quando se trata das mulheres. O "novo" movimento feminista encorajou as mulheres, a lutar não só por modificações fundamentais para a sociedade, como também por si mesmas, no intuito de conseguir uma "nova" autoconsciência, sendo não mais *mulher-objeto* mas *mulher-sujeito*, tarefa que se tornou tema central da "nova" literatura da mulher.

4.0. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Os movimentos históricos do movimento feminista na Alemanha e no Brasil, apesar de serem cunhados pelas respectivas histórias, são, na sua essência, muito parecidos, pois se identificam com a luta das mulheres por seus direitos numa sociedade patriarcal.

Até os anos 70, notam-se entre os dois movimentos feministas poucas diferenças. Nos fins dos anos 70, porém, começam a se delinear, a meu ver, diferenças básicas, resultantes de um mesmo momento de desilusão: o primeiro

entusiasmo se volatilizou e a luta do dia-a-dia começou a cansar as forças de muitas mulheres dos dois lados do Oceano Atlântico. Nessa fase, Alice Schwarzer lançou às mulheres alemãs um apelo, mostrando-lhes a necessidade de superar a depressão e a continuar a luta para não só manter o que já fora conseguido, mas para vencer outras etapas dessa luta. Declarou: "Mesmo nos dias de hoje, a mulher precisa ser mais lutadora. Não está ficando mais fácil, está ficando mais difícil. Mas está ficando mais necessário do que nunca. Mais uma razão para continuar. Exatamente agora. Com paixão."¹⁰

As mulheres alemãs tomaram esse apelo a sério e dedicaram, nos últimos anos, um esforço cada vez maior à área de pesquisas que possibilitam a reconstrução da história da cultura feminina. Os temas e os questionamentos estão se diversificando e o conhecimento teórico-metodológico é cada vez mais profundo. Hoje em dia, é quase impossível ficar a par de todas as publicações e projetos de estudo realizados por mulheres. A ciência da mulher é uma das áreas de pesquisa mais produtivas, apesar de existir, sobretudo, à margem das instituições acadêmicas. Em outras palavras, essas pesquisas resultam de iniciativas privadas de grupos independentes, autônomos. Paralelamente, também aumentou o número de seminários e cursos sobre a mulher nas universidades, e, em Frankfurt/Meno e Bonn, desde 1987, funcionam as primeiras duas disciplinas que versam sobre assuntos da mulher.

Nos últimos anos, têm sido realizados congressos fundamentalmente interdisciplinares e temáticos. Esse fato resulta da consciência de uma nova Ciência da Mulher – quando se torna importante uma discussão profunda sobre a importância do conhecimento e sobre o próprio objeto da discussão – assim como o caráter interdisciplinar de cada ciência a respeito da mulher.

Os pressupostos estruturais para a exclusão da mulher da vida pública e da história da cultura, a psicologia e a história da sua submissão é que vão constituir o pano de fundo das questões, em função das quais se define cada pesquisa concreta, ou melhor, especializada. Considerando toda a multiplicidade de perspectivas e pontos de vista, é a ciência da mulher que vai determinar as prioridades: trabalhar para a libertação da subjetividade e da criatividade femininas, com o objetivo de vencer as condições políticas, culturais e psicológicas que obstruem essa libertação. Cada vez se fala mais de Ciência da Mulher, em substituição à "pesquisa da mulher", pois o que está em jogo, vai além da mulher, enquanto pesquisadora e objeto da pesquisa: a questão crucial é, precisamente, a modificação da praxis científica, em que a separação entre o sujeito e o objeto da pesquisa é eliminada de maneira tendenciosa, para que as mulheres não sejam mais tomadas por um "objeto".

(10) SCHWARZER, Alice. *Mit Leidenschaft*, Stuttgart: Fischer, p. 13.

E quanto ao Brasil? Para as mulheres brasileiras o salto do feminismo "popular" para o acadêmico ou científico parece ser muito difícil. Muitas se refugiaram na feminilidade e na sexualidade, isto é, deixaram o feminismo, queixando-se de uma possível ausência de ideologia, ou se tornaram "pseudo"-feministas e "paternalistas". Muitas feministas engajadas dos anos 60 e 70 se retiraram desiludidas, na década de 80, afirmando que o feminismo está fora de moda ou que já foram conquistadas todas as reivindicações. Por certo, muita coisa foi alcançada nos últimos anos, mas estas novas conquistas precisam ser defendidas sem trégua a cada dia. A violência sexual, por exemplo, está aumentando e crescem também as pressões no meio profissional. Certamente, depois da euforia das décadas anteriores, começou a alastrar-se a desilusão, não só no Brasil como na Alemanha. Mas as mulheres alemãs (ou as européias e norte-americanas em geral) ficaram cientes de que seria uma ilusão acreditar que dois mil anos de patriarcado tinham sido recuperados em poucas décadas.

Nos países europeus e nos Estados Unidos, as mulheres tomaram consciência das novas dificuldades e elaboraram novos programas, pois perceberam que a hostilidade contra as mulheres ficou mais sutil, mais difícil de ser captada. As mulheres brasileiras têm de recobrar o ânimo, dizer *não* a muitas circunstâncias que lhes limitam a vida no sistema social machista, começando a trabalhar, discutindo essas questões a sério e sistematicamente. Parece inerente à psiquê brasileira a necessidade de recuar, sempre que é chegado o momento de agir. A preocupação com os princípios teóricos básicos está claramente manifestada nos congressos e encontros da ANPOLL. Os primeiros passos foram dados, mas ainda são insuficientes. A literatura feminina tem de ganhar pé, antes de mais nada, nas universidades (como já vai acontecendo em escala cada vez maior com a literatura infantil), tem de difundir-se, tornar-se acessível a um público de leitoras e leitores sempre maior. E, acima de tudo, o grande número de jovens e mulheres que estudam línguas (não só na Pós-Graduação, mas principalmente, na Graduação) precisa familiarizar-se e entrar em contato com os problemas da mulher, sobretudo aqueles relacionados com os momentos históricos do movimento feminista.

A ação radical das européias não se coaduna com a das brasileiras. Bertha Lutz reconhecera as especificidades do movimento em cada país já no início do século, enquanto lutava pelo direito feminino ao voto, tendo-se voltado, então, mais para a ideologia e os métodos norte-americanos. Desde aquela época, a questão da condição feminina enveredou para uma aproximação com a América do Norte, atingindo seu clímax com a presença de Betty Friedan em Brasília, na comemoração do Ano Internacional da Mulher.

Entretanto, a autora de *A mística feminina* reformulou seus pontos de vista sobre o feminismo, em uma segunda etapa, procedendo a um novo alinhamento com a realidade norte-americana. Propõe uma nova relação com a família, o amor e o trabalho, na qual os homens, não mais inimigos, podem ser importantes. A se-

gunda etapa (publicada sob a forma de livro, em 1983, em língua portuguesa, pela Editora Francisco Alves) caracteriza uma fase de questões pessoais e políticas, ligadas mais ao social como um todo, do que à economia interna do casal.

Em 8 de dezembro de 1985, *O Estado de São Paulo* publicou um longo artigo de Betty Friedan, escrito originalmente para o *New York Times*, no qual ela apresenta, em dez pontos, as linhas mestras da segunda fase do movimento feminista. Eu me pergunto: por que as brasileiras não se valeram desta proposta, adequando-a às condições brasileiras? A grande interrogação sobre o futuro do feminismo brasileiro feita por Anésia Pacheco e Chaves (veja página 24), não faz sentido. Tampouco a fuga para uma feminilidade duvidosa e uma libertação impraticável, de uma Marta Suplicy e uma Marina Colassanti, enquanto a mulher brasileira, em geral, não dispuser de meios financeiros que garantam sua independência.

A palavra de ordem deveria ser de arregaçar as mangas e pôr as mãos à obra. Mas isso parece mais fácil de ser dito do que feito. As reações, por ocasião do Dia da Mulher, nos últimos anos, não foram propriamente animadoras. Resignada, a feminista Cinthia Sarti resumiu a situação no ano passado com as seguintes palavras: "O feminismo é como o país: pouco radical e lento."¹¹

INHALTSANGABE: Der Aufsatz behandelt einige wichtige geschichtliche Momente des deutschen und brasilianischen Feminismus im 19. und 20. Jahrhundert.

Stichworte: Geschichte, deutschen und brasilianischen Feminismus.

(11) SARTI, Cinthia: entrevista no *Shopping News-City-News Jornal da Semana*, 6.3.1988.